



Agripino lembra que artigos vetados tornam concessões menos transparentes

"Trabalhei até agora como bombeiro e vou continuar cumprindo esse papel. Não acredito que o Judiciário queira o conflito dos Poderes, mas nós não vamos abrir mão de alterar a Constituição por decisão da maioria do Congresso"

Renan anuncia que promulgará amanhã o fim da verticalização

Agripino acusa Lula de romper acordo com a oposição

O líder do PFL, José Agripino, acusou ontem o governo federal de descumprir acordo com a oposição que permitiu ao Senado aprovar o projeto sobre gestão de florestas públicas. Segundo Agripino, o presidente Lula vetou emendas que previam o exame pelo Congresso de concessões de áreas florestais superiores a 2,5 mil hectares. **Página 6**



Renan: decisão de promulgar emenda foi tomada em conversas com o presidente da Câmara, líderes e presidentes de partidos

As Mesas do Senado e da Câmara vão promulgar amanhã a emenda constitucional que acaba com a obrigatoriedade de verticalização das coligações partidárias. A emenda permite que os partidos façam nos estados coligações diferentes daquela adotada na eleição para presidente da República. Renan afirmou que, a partir da promulgação, o assunto deixa de ser competência do TSE e passa à esfera do Supremo Tribunal Federal. **Página 3**



Virgílio quer garantir acesso da CPI dos Bingos aos dados de Paulo Okamoto

CPI deve investigar novas denúncias, propõe Virgílio

Para investigar novas denúncias veiculadas pela *Veja* envolvendo o governo e seus aliados no Congresso, a CPI dos Correios deve prorrogar seus trabalhos por 30 ou 40 dias. A sugestão é do líder do PSDB, Arthur Virgílio. **Página 5**

Fator previdenciário prejudica os mais pobres, dizem sindicalistas

Criado em 1999 para calcular a aposentadoria pela Previdência Social, o fator previdenciário recebeu ontem, em audiência pública, duras críticas de representantes de confederações, sindicatos e associações

de trabalhadores. Segundo eles, a medida prejudica sobretudo os trabalhadores humildes, que começam a trabalhar mais cedo. O debate ocorreu na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa,

a pedido do senador Paulo Paim, autor do projeto que visa extinguir o fator previdenciário. A instituição desse mecanismo foi, segundo Paim, "o maior crime perpetrado contra a classe trabalhadora". **Página 8**



Sibá estima que medida beneficiará 1,8 milhão de empregados domésticos

Sibá apóia estímulo à contratação de doméstico

A medida provisória que estimula a contratação de empregado doméstico com carteira assinada foi aplaudida por Sibá Machado. Mas José Jorge apontou intenção eleitoreira na medida, que só produzirá efeitos no próximo ano. **Página 6**



Ao lado de Heloísa Helena e Paulo Paim, o diretor do Diap, Antônio Augusto de Queiroz (D), critica forma de cálculo para aposentadoria

Transferência de jogador para outro país durante campeonatos oficiais poderá ser vedada por lei

Restrição à venda de jogadores ao exterior em análise na CE

A transferência de jogadores para o exterior no meio de campeonatos oficiais – que vem prejudicando diversos clubes brasileiros de futebol – poderá ser proibida. Esse é o objetivo do Projeto de Lei 218/04, de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que será apreciado hoje, a partir das 11h, pela Comissão de Educação (CE). Com a medida, que se limita às competições reconhecidas pela Confederação Brasileira de Futebol (CBF), o senador pretende evitar o que chama de “desmantelamento de equipes” no meio da temporada.

Ainda na CE, deve ser examinado esta semana o Projeto de Lei 462/03, do senador José Jorge (PFL-PE), que permite a oferta de ensino a distância por parte de instituições credenciadas não só pelo Ministério da Educação, como também “por delegação específica”, por meio dos demais sistemas de ensino.

Fundeb

Serão realizadas nesta semana duas audiências públicas na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a respeito da Proposta de Emenda à Constituição 9/06, que cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais de Educação (Fundeb). O primeiro debate será

às 10h de hoje, com a participação da vice-presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação dos Estados e do Distrito Federal, Maria Auxiliadora Seabra Rezende, e da presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maria do Pilar Almeida e Silva. O segundo debate está previsto para as 10h de quinta-feira. Se aprovada pela CCJ, a proposta do Fundeb segue para o Plenário.

Outra audiência pública prevista, desta vez sobre a proposta de criação da Receita Federal do Brasil, ocorre na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Hoje, a partir das 10h, falarão sobre o tema representantes da Receita Federal, da Receita Previdenciária, do INSS e de entidades como o Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal (Unafisco) e a Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip).

Na quinta-feira, às 9h30, a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se para apreciar duas indicações feitas pelo governo – uma de Antonio Vallim Guerreiro para o cargo de representante permanente do Brasil junto à Agência Internacional de Energia Atômica (Aiea) e outra de Antonino Porto e Santos para o cargo de embaixador brasileiro no Equador.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx



Plenário

Seis medidas provisórias (MPs) trancam a pauta de votações da sessão, que começa às 14h. A primeira cria cargos em agências reguladoras e complementa

a criação da Agência Nacional de Aviação Civil. As outras cinco MPs liberam recursos extraordinários para ministérios e outros órgãos da administração pública.

Criação da Super-Receita em discussão na CAE

A Super-Receita, órgão que vai juntar os auditores fiscais e previdenciários, é tema de audiência na Comissão de Assuntos Econômicos, às 9h30. Foram convidados

os secretários da Receita Federal e da Receita Previdenciária e representantes dos funcionários de cada carreira. Antes, a CAE vota projeto sobre consórcios (PLS 533/03).



CCJ analisa Fundeb

Às 10h, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) tem audiência para discutir o projeto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da

Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Foram convidadas a secretária de Educação do Tocantins,

Maria Auxiliadora Rezende, e a presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação, Maria do Pilar Almeida.



Bingos ouve denúncias de mensalão paulista

Às 11h, a CPI dos Bingos ouve Rui Vicente, ex-tesoureiro do PPS paulista. Ele disse que o PT ofereceu dinheiro ao partido em troca de apoio à ex-prefeita de São Paulo, Marta Su-

policy (PT). Também está previsto o depoimento de Francisco das Chagas Costa, motorista de Vladimir Poletto, Ralf Barquete, Rogério Buratti e Roberto Carlos Kurzweil.

Sub-relatorias dos Correios tomam depoimentos

Às 11h, a Sub-Relatoria de Contratos da CPI dos Correios ouve José Vanderlei de Medeiros, do Grupo GPT, o sócio da US Mendonça Express Walimir Freire Cardoso e

o responsável jurídico da Diretoria Regional dos Correios do Pará.

Já a Sub-Relatoria dos Fundos de Pensão ouve, às 10h, os sócios da empresa NK Alex Nawa

e Leonardo Paes Borba. O depoimento do ex-assessor de comunicação do PT, Marcelo Sereno, que estava previsto para hoje, foi adiado para esta sexta-feira.

CMA analisa auditorias do TCU

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) vota, às 9h30, avisos do TCU. Às 11h, a Comissão de Educação analisa proposta para proibir que atletas brasileiros inscritos em campeonato reconhecido pela CBF sejam transferidos para clubes do exterior.

Ressarcimento aos estados

As 14h30, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) deverá discutir o Orçamento Geral da União para 2006, principalmente a regulamentação do fundo de ressarcimento aos estados exportadores como compensação de perdas com ICMS em função da Lei Kandir.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: João Alberto Souza

3º Secretário: Paulo Octávio

4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos

Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:

Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - *E-mail:* jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana e Romeu Tuma e pelas senadoras Serys Shessarenko e Lúcia Vânia

Aldo Rebelo não vê razão para conflito entre Poderes

Após reunião com o presidente do Senado, Renan Calheiros, o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, disse que não há possibilidade de confronto entre os Poderes por causa da emenda constitucional que acaba com a verticalização e que será promulgada amanhã. Ele lembrou que cada Poder tem suas responsabilidades e atribuições, é soberano, independente e deve conviver em harmonia.

– Essa relação deve ser preservada, porque interessa ao país. Não interessa qualquer forma de confronto ou mesmo de conflito entre os Poderes constituídos. A promulgação da emenda não estabelece qualquer tipo de confronto entre os Poderes, ela é resultado da aprovação da emenda no Congresso Nacional e não há nada que os presidentes do Senado e da Câmara possam fazer além da sua promulgação – afirmou.

Aldo Rebelo acrescentou que, uma vez promulgada a emenda, a Constituição passará a estabelecer o fim da verticalização, que valerá para as eleições deste ano.

– Na minha interpretação, a promulgação de uma emenda à Constituição aprovada na Câmara e no Senado constitui a regra maior e suplanta qualquer outra forma de decisão. Essa questão, do ponto de vista constitucional, está, portanto, resolvida – frisou.

Lúcia Vânia aponta inchaço da máquina pública

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) criticou ontem “as crescentes despesas governamentais e o inchaço dos quadros da máquina pública”, que, segundo ela, estão entre as causas da “falta de confiança dos investidores internos e externos no país”. Em sua argumentação, a senadora citou texto do empresário Antônio Ermírio de Moraes, publicado recentemente na imprensa, com o qual disse estar de acordo.

– Senti, nas palavras dele, uma grande desilusão com os rumos que nosso país vem tomando – afirmou a parlamentar.

Lúcia Vânia declarou ainda que, “enquanto os tributos cresceram de forma vertiginosa”, o crescimento dos investimentos tem sido praticamente nulo.

Com a mudança na Constituição, assunto sairá da competência do TSE e passará à alçada do STF, diz presidente do Senado

Fim da verticalização será promulgado amanhã

A emenda constitucional que acaba com a obrigatoriedade de verticalização das coligações partidárias será promulgada amanhã, pelas Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, em sessão solene do Congresso Nacional marcada para as 11h. O anúncio foi feito ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, em entrevista coletiva.

– Conversei com o presidente [da Câmara] Aldo Rebelo, consultei alguns líderes partidários, alguns presidentes de partidos, e decidimos que vamos promulgá-la na quarta-feira – afirmou.

Renan explicou que, a partir da promulgação, o assunto sai da competência do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, caso haja alguma divergência, passa para a alçada do Supremo Tribunal Federal (STF), por se tratar de matéria constitucional e não de lei ordinária.

– Eu não promulguei antes para diminuir a tensão, para evitar o conflito de poderes. Aguardamos pacientemente e deixamos para promulgar depois da decisão do TSE. Trabalhei até agora como bombeiro e vou continuar cumprindo esse papel. Não acredito



Renan explica que caberá ao Supremo decidir sobre uma ação de inconstitucionalidade da emenda

que o Judiciário queira o conflito de poderes, mas nós não vamos abrir mão de alterar a Constituição por decisão da maioria do Congresso Nacional, como, aliás, fizemos e vamos fazer valer essa mudança.

Para Renan, é “um absurdo” que o TSE invoque agora o princípio da anualidade para se manifestar sobre a verticalização quando, em fevereiro de 2002, mudou uma jurisprudência pacificada e verticalizou as eleições.

Cristovam atribui impasse a atraso na votação de regras pelo Congresso

Ao comentar a manutenção, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da verticalização das coligações partidárias, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) atribuiu ao Congresso Nacional a responsabilidade pelo impasse criado entre Legislativo e Judiciário em torno da matéria. Cristovam criticou o Congresso por se atrasar na derrubada da lei que proíbe os partidos adversários na eleição presidencial de se aliarem nas eleições estaduais.

– A culpa maior do Congresso não é apenas por falta de clareza, mas principalmente pelo atraso na elaboração das leis. O fim da verticalização deveria ter sido aprovado no ano passado – declarou o parlamentar.

Na avaliação de Cristovam, a interferência do TSE criou um impasse grave entre os dois Poderes, uma vez que a decisão do Congresso de acabar com a verticalização foi tomada pela maioria qualificada, de três quintos de deputados e senadores.

O senador questionou ainda

a qualidade da democracia brasileira devido à falta, a seu ver, de discussão em torno de temas nacionais relevantes.

– Que democracia é esta que só pensa o curto prazo e o imediato? Aqui só temos projeto de curto prazo para a economia e para as eleições brasileiras – afirmou Cristovam Buarque.

Em apertes, os senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Sibá Machado (PT-AC) e Gilvam Borges (PMDB-AP) manifestaram apoio ao pronunciamento.



Para Cristovam, fim da verticalização deveria ter sido aprovado ano passado

– Como invocar a anualidade agora? Seriam pesos e medidas diferentes – frisou.

O presidente do Senado ressaltou que o TSE respondeu a uma consulta sobre a lei ordinária, a Lei Eleitoral, quando o Congresso, na verdade, mudou a Constituição.

– Não cabe ao TSE falar sobre a mudança da Constituição. Cabe ao TSE responder uma consulta sobre a lei ordinária. Não tem nada a ver uma coisa com a outra. Se alguém entrar com uma ação direta de

inconstitucionalidade, é o STF que vai decidir, mas vai decidir sobre a mudança e não sobre a interpretação do TSE.

Renan Calheiros também informou que haverá hoje uma reunião de líderes para estabelecer a pauta de votações e decidir como compatibilizar o funcionamento das duas Casas no período de campanha eleitoral.

Novas denúncias

Em relação às novas denúncias e descobertas nas comissões par-

lamentares de inquérito (CPIs), o senador voltou a afirmar que é preciso investigar tudo, como vem sendo feito, porque a sociedade continua cobrando respostas. Ele lembrou que suspeitas de toda ordem foram jogadas sobre as CPIs, mas os fatos acabaram demonstrando exatamente o contrário.

Renan defendeu a prorrogação dos trabalhos das CPIs para esclarecer todas as denúncias, mas observou que quem vai dizer se a ampliação do prazo é necessária ou não são os relatores, os sub-relatores e as pessoas que comandam as investigações. Ele salientou que as denúncias de que deputados do PMDB que fazem parte da base governista teriam recebido o chamado mensalão não atingiram o partido.

– O PMDB se portou com isenção o tempo todo, indicou um relator que a cada dia cresce na opinião pública pela isenção que tem demonstrado. Essa coisa não é partidária e tem que ser investigada em qualquer direção, inclusive na direção do PMDB. Mas os fatos demonstram que não há nada com relação ao nosso partido – assinalou.



Ney Suassuna cobra votação do projeto do Orçamento da União para 2006

Suassuna destaca agenda legislativa para este ano

Com a afirmação de que, passado o período carnavalesco, “começa, enfim, o trabalho duro para o brasileiro”, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou que a agenda do Legislativo este ano prevê fatos importantes, a começar pela promulgação, amanhã, às 11h, da emenda que põe fim à verticalização já para as próximas eleições. Ele lembrou que essa é uma questão que interessa a todos os partidos políticos.

– Também está chegando ao Senado Federal a medida provisória que trata das dívidas agrícolas. Esse é um assunto que vamos ter que debater em profundidade para solucionar o problema dos produtores rurais, que vem se arrastando desde longa data. Outra obrigação que o Congresso precisa cumprir é votar o Orçamento, que continua pendente. Essa deliberação é fundamental para regularizar a vida econômica do governo federal, que repercute em todos os estados – enumerou o parlamentar.

Em seu pronunciamento, Ney Suassuna elogiou ainda a decisão do presidente da República de editar, ontem, medida provisória visando estimular a contratação de empregados domésticos com carteira assinada. Lembrando que a iniciativa beneficia principalmente as mulheres, o parlamentar prestou homenagem antecipada a elas pelo Dia Internacional da Mulher, que é comemorado em 8 de março. O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) associou-se à homenagem.

Senador denuncia esquema para associar seu nome a mensalão e repudia reportagem do *Correio Braziliense*

Jucá se diz vítima de “armação” do governador de RR

Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou da tribuna ter sido vítima de uma “armação” montada por um assessor do governador de Roraima. O assessor teria oferecido R\$ 350 mil para que um ex-motorista do senador, Roberto Jefferson Marques, assumisse a retirada de R\$ 50 mil do Banco Rural, repassados pelo publicitário Marcos Valério. O jornal *Correio Braziliense* publicou notícia no domingo, informando que o motorista assumira o saque do valerioduto em nome do senador peemedebista.

Jucá disse que a Polícia Federal (PF) ouviu imediatamente o motorista, o qual nega a versão publicada pelo jornal do DF. Conforme o senador, o motorista Roberto Marques afirmou à PF que foi procurado em outubro de 2005 pelo assessor do governo de Roraima, Joaquim Pinto Souto Maior Neto, adjunto da Casa Civil do atual governador do estado, que lhe ofereceu R\$ 350 mil para assumir ser “o verdadeiro Roberto Marques” procurado à época pela CPI dos Correios por ter recebido R\$ 50 mil do valerioduto.

O senador leu outros trechos do depoimento de seu ex-motorista, onde ele desmente a reportagem do jornal e afirma que há cinco anos não sai de Roraima e, por isso, não poderia ter sido o “Roberto Marques” que teria recebido dinheiro do Banco Rural, em Brasília. Jucá lembrou que a CPI dos Correios concluiu pouco depois que o dinheiro não havia sido sacado por um “Roberto Marques”, mas sim por outra pessoa, de nome Luiz Carlos Manzano. O seu ex-motorista pediu à PF que faça um exame grafotécnico de sua assinatura e a compare com as assinaturas registradas na entrada da agência do Banco Rural de Brasília.

O parlamentar sustentou que o jornal do DF publicou a reportagem “por ingenuidade ou por má-fé” e que as mesmas informações haviam sido oferecidas antes à *Folha de S. Paulo* e ao programa *Fantástico*, da TV Globo, que nada publicaram depois de examinar o assunto. Anunciou que vai processar o *Correio Brazi-*



Jucá pede ao ministro da Justiça e à Polícia Federal que investiguem o caso

liense e informou ter pedido ao ministro da Justiça e ao diretor da Polícia Federal que investiguem o caso a fundo. Ao mesmo tempo, disse ter se colocado à disposição da CPI dos Correios.

Disputa

Segundo Jucá, a reportagem do *Correio Braziliense* mostra o nível da disputa política em Roraima, onde ele pretende ser candidato em oposição ao grupo que ocupa o governo estadual. Acrescentou que tem sido vítima de “mentiras e infâmias” das emissoras de rádio, TV e de jornais ligados ao governador do estado, Otomar Pinto. O senador pediu à PF que garanta a segurança de seu ex-motorista, lembrando a morte de um jornalista de Boa Vista que fizera denúncias contra políticos.

O senador pediu ainda à CPI dos Correios que ouça tanto seu ex-motorista quanto o assessor do governo de Roraima Joaquim Pinto Souto Maior Neto.

– É importante que a Polícia Federal, o Ministério da Justiça e a CPI dos Correios tomem providências para que bandidos como esses não desrespeitem o Congresso, armando artimanhas como essa – disse o senador.

Jucá pediu ainda à Corregedoria e à Procuradoria do Senado que tomem providências, pois se sente afetado em sua honra. Informou que vai processar o *Correio Braziliense* porque o jornal “tomou partido na disputa eleitoral de Roraima”.

– A matéria vai ser usada na campanha eleitoral por esses bandidos que armaram essa questão – acrescentou.

Heráclito pede apoio de Renan a prorrogação de CPI

Heráclito Fortes (PFL-PI) reivindicou o apoio do presidente do Senado, Renan Calheiros, a um eventual pedido de prorrogação dos trabalhos da CPI dos Correios. O pefelista justificou seu apelo invocando a preservação da imagem do Congresso, que poderá ficar comprometida se as denúncias investigadas não forem esclarecidas antes do período eleitoral.

– Se essa CPI for encerrada, nós vamos ser acusados, sem direito de defesa, de participar de um conchavo – advertiu, recebendo o apoio do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) à proposta de prorrogação. Em resposta a Heráclito, Renan disse que, nessa questão, não lhe compete outra coisa a não ser fazer o que o regimento manda. Assim, caberia aos parlamentares reunir as assinaturas exigidas pelo regimento para dar continuidade aos trabalhos da comissão de inquérito. Na opinião do presidente do Senado, a única coisa de que o Congresso não pode abrir mão é de dar as respostas exigidas pela sociedade.

Avião

Heráclito fez críticas à compra do avião presidencial, que não teria condições de realizar viagens internacionais, e ao discurso do presidente Lula quando da reinauguração do aeroporto de Parnaíba, que passaria a receber vôos internacionais. Os senadores Arthur Virgílio (PSDB-AM) e José Agripino (PFL-RN) endossaram as críticas do pefelista ao governo e ao presidente da República.



Para Heráclito, Congresso deve concluir investigações

Para o parlamentar, matéria da *Carta Capital* e do *Jornal do Brasil* sobre o assunto foi encomendada pelo governo federal

ACM rebate denúncias que o envolvem com prejuízos da Previ

Em um longo pronunciamento ontem em Plenário, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) rebateu denúncias publicadas pela revista *Carta Capital* e pelo *Jornal do Brasil*, segundo as quais o senador teria interferido para que a Previ (fundo de pensão dos funcionários do Banco do Brasil) participasse da construção do complexo turístico na Costa do Sauípe, na Bahia. Esse empreendimento teria consumido, segundo cálculos da própria Previ, R\$ 1,018 bilhão, mas valeria hoje apenas R\$ 171,9 milhões, resultando num prejuízo de R\$ 846 milhões para o fundo de pensão.

Para o parlamentar, a matéria da *Carta Capital* foi encomendada pelo governo federal para atacar a ele e ao deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), que tem investigado, na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, as possíveis relações das instituições de previdência fechada com o esquema de corrupção do empresário Marcos Valério. O senador fez duras críticas ao diretor da revista, o jornalista Mino Carta, e informou que já o está processando.

A revista *Carta Capital* apontou, como suposta prova do envolvimento de Antonio Carlos nas negociações entre a Previ e a construtora Norberto Odebrecht e o banco FonteCindam, a assinatura do senador no protocolo de entendimentos firmado entre essas instituições, em 1997, para construir o complexo turístico. O parlamentar explicou que assinou o documento na condição de testemunha, em razão de já ser, na época, senador pela Bahia. Ele disse também não ter nenhuma relação com as negociações.

Durante o pronunciamento, Antonio Carlos Magalhães disse que o complexo da Costa do Sauípe trouxe benefícios para a Bahia, mas ressaltou que, se fosse da Previ, não teria feito investimento tão grande. Segundo observou, a construtora responsável pelo empreendimento tinha prestígio durante o governo anterior, mas tem ainda mais com o governo do presidente Lula.

O parlamentar baiano criticou



Antonio Carlos recebeu manifestação de apoio de diversos senadores, em Plenário

também a senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), que divulgou as denúncias no dia 2, durante reunião da Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, quando era ouvido o depoimento do ex-diretor de investimentos da Previ Luiz Carlos Siqueira Aguiar. Para o senador, Ana Júlia deveria explicar as denúncias que a envolvem com arrecadação ilegal de recursos para campanhas eleitorais junto a empresas madeireiras, publicadas pela revista *Veja* em 2005.

Apoios

Em apartes, os senadores pelo PSDB Arthur Virgílio (AM) e Tasso Jereissati (CE) prestaram solidariedade a Antonio Carlos. Já Ideli Salvatti (PT-SC) defendeu a investigação de todas as denúncias envolvendo os fundos de pensão e, diante da sugestão de ACM de criar uma comissão de senadores para apurar o caso, ela e Sibá Machado (PT-AC) disseram que tal tarefa cabe à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios.

Para Heráclito Fortes (PFL-PI), inferir responsabilidade a ACM nos prejuízos da Previ, com base em sua assinatura como testemunha em um documento, seria equivalente a considerar que um homem é pai de uma criança em razão de ele assinar como testemunha uma certidão de batismo. Garibaldi Alves (PMDB-RN) e José Jorge (PFL-PE) também apoiaram o parlamentar baiano. Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou o desempenho do deputado ACM Neto na CPI dos Correios e disse que o senador Antonio Carlos poderia estar pagando pela atuação de seu neto nas investigações.



Fotos: Rosevelt Pinheiro
Parentes sofrem ameaças por tentar desvendar assassinato, diz Garibaldi

Garibaldi cobra segurança para a família do ex-prefeito Celso Daniel

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), cobrou do Executivo e do Legislativo providências para que a família do prefeito assassinado de Santo André (SP), Celso Daniel, se sintam segura no Brasil e não vá morar no exterior. A imprensa noticiou que dois irmãos de Celso – João Francis-

co e Bruno Daniel – pretendem deixar o país por terem recebido ameaças de morte.

Garibaldi disse que o Brasil vive em pleno regime democrático, onde tem de prevalecer o total respeito às liberdades individuais, não sendo aceitável que a família de Celso Daniel esteja sob ameaça por procurar

desvendar o assassinato.

O senador observou que os elementos existentes “apontam que o crime ainda não tem uma solução definitiva”. Ponderou que a identificação e a prisão dos autores imediatos do homicídio não garantem que tudo esteja esclarecido, pois “se vislumbra uma clara intenção por trás da

extorsão mediante seqüestro seguida de morte”.

– É inegável que existia um esquema de corrupção entranhado na prefeitura de Santo André e que o prefeito Celso Daniel se voltou contra esse esquema. Um esquema que envolvia pagamento de propina, ameaças, veladas ou diretas, e extorsões.

Senadores prestam homenagem à memória de Covas

O Senado aprovou ontem voto de lembrança pelos cinco anos de falecimento do ex-senador Mário Covas. Romeu Tuma (PFL-SP), autor do requerimento, afirmou que Covas foi um dos maiores líderes políticos brasileiros dos últimos anos e destacou sua atuação no Congresso Nacional e no exercício dos cargos de prefeito da capital paulista e de governador de São Paulo.

Mário Covas, nascido em 1930, na cidade de Santos (SP), foi eleito deputado federal em 1962, 1966 e 1982. Eleito pelo PMDB, governou a cidade de São Paulo entre 1983 e 1985, e assumiu o mandato de senador em 1987. Foi candidato a presidente da República pelo PSDB em 1989. Eleger-se governador do estado em 1994 e reeleger-se em 1998. Faleceu em 6 de março de 2001, vitimado pelo câncer, quando ainda exercia o mandato.

Romeu Tuma recordou que esteve internado em São Paulo na mesma época que Mário Covas, quando este se tratava de câncer e ele se recuperava de um enfarte. O senador se referiu à luta do então governador e à sua força, salientando que Covas participara de vários eventos políticos e administrativos quando convalescia.

Por sua vez, o presidente nacional do PSDB, senador Tasso Jereissati (CE), disse que seu partido recordava não apenas um dos fundadores da legenda, mas um homem que provou ser possível fazer política com ética, tanto na oposição como no governo. Já o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), afirmou que Mário Covas era um parlamentar brilhante, capaz de decidir votações em Plenário com a força de seus discursos.

Os senadores Heráclito Fortes (PFL-PI), Tião Viana (PT-AC), Sibá Machado (PT-AC) e Ideli Salvatti (SC), líder do PT, também se associaram à homenagem ao ex-governador paulista.

Senador defende prorrogação para que sejam apurados suposto pagamento de mensalão a deputados do PMDB e acordo que teria sido feito com apresentador de TV

Virgílio sugere investigação de novas denúncias por CPI

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio Neto (AM), sugeriu ontem que os trabalhos da CPI dos Correios sejam prorrogados por 30 ou 40 dias, para investigar novas denúncias envolvendo o governo e o PT, publicadas na última edição da revista *Veja*.

Virgílio fez a sugestão após aparte do senador Tasso Jereissati (CE), presidente do PSDB, que considerou as novas denúncias gravíssimas e defendeu a prorrogação dos trabalhos da comissão. Jereissati argumentou que, sem a ampliação do prazo da CPI, o parecer final do relator ficará “incompleto e falso”.

Uma das denúncias diz respeito a acordo que teria sido feito entre o PT e o apresentador de TV Carlos Massa, o Ratinho, no valor de R\$ 5 milhões, para que ele falasse bem do governo em seu programa. Outra trata da existência de um “mensalão 2”, envolvendo o membro do conselho da Itaipu Binacional Roberto Bertholdo, que efetuariá o pagamento de propina a 55 deputados do PMDB, para



Para Virgílio, os trabalhos do colegiado precisam ser ampliados por 30 ou 40 dias

que votassem favoravelmente a projetos do Executivo.

Virgílio sugeriu ainda que no pedido de quebra do sigilo bancário, fiscal e telefônico de Paulo Okamoto, presidente do Serviço Nacional de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a ser feito pela CPI dos Bingos, se utilize a “melhor linguagem jurídica”, para evitar que seja barrado pelo Supremo Tribunal Federal. O objetivo da CPI é esclarecer o pagamento, por Paulo Okamoto, de empréstimo que

teria sido feito a Luiz Inácio Lula da Silva pelo PT.

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), também em aparte, disse que o Congresso corre o risco de ser desmoralizado, caso a CPI não consiga convocar Okamoto, o empresário Roberto Teixeira – amigo de Lula, acusado no envolvimento de cobrança de propina nas prefeituras paulistas – e Roberto Bertoldo. Por sua vez, José Agripino (PFL-RN) afirmou que a imprensa está cobrando do seu partido definição sobre a prorrogação da CPI dos Bingos.

Celso Daniel

Virgílio reiterou críticas ao governo por não oferecer, segundo disse, qualquer ajuda à família do ex-prefeito de Santo André Celso Daniel, assassinado em 2002. Salientou que a família se viu obrigada a separar pais e filhos para protegê-los das ameaças de morte e condenou a falta de pronunciamento a respeito por parte do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e de Lula, “que se dizia amigo do prefeito”.



Serys lamenta discriminação da mulher no trabalho e na família

Serys pede maior discussão sobre temas femininos

Na semana em que se comemora o Dia Internacional da Mulher (8 de março), a presidente do Conselho Mulher-Cidadã Bertha Lutz, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), dirigiu ontem, da tribuna, um apelo aos senadores para privilegiarem temas ligados ao universo feminino nos seus discursos em Plenário. Nesta quinta-feira, às 10h, o Congresso Nacional promove sessão solene para comemorar a data e realizar a entrega do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz 2005/2006 a cinco brasileiras que se destacaram na defesa dos direitos da mulher.

– É preciso dar visibilidade a essa questão na tribuna do Senado. É importante falar sobre a igualdade de direitos que a lei nos assegura, mas lembrar que a discriminação também é uma realidade no trabalho, na família – disse a senadora.

BR-163

Serys Slhessarenko também pediu o asfaltamento do trecho da rodovia BR-163 entre Cuiabá e Santarém (PA). Segundo a senadora, essa parte da estrada, que se estende por 500 quilômetros, já está praticamente asfaltada em Mato Grosso. O desafio agora, disse, será levantar recursos orçamentários para concluir a obra até aquela cidade paraense. A senadora adiantou que o projeto de Orçamento da União para 2006 destina a verba de R\$ 50 milhões para a conclusão do trecho.

Ex-dirigente sustenta influência do PT na Refer

Em depoimento prestado ontem à Sub-Relatoria de Fundos de Pensão da CPI dos Correios, o ex-presidente da Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social (Refer) Jorge Moura afirmou que a instituição sofreu um “aparelhamento político” por parte do PT, a partir do início de 2003.

De acordo com Moura, R\$ 19 milhões foram desviados do fundo de pensão “para finalidades político-partidárias”. O montante, afirmou, teria sido utilizado como propina para que diretores da entidade ligados ao PT e a sindicatos, promovessem a terceirização da carteira de investimentos em

títulos do governo, em 2004.

Ele informou que a Refer administrava cerca de R\$ 1,4 bilhão em títulos do Tesouro Nacional, e que a terceirização foi aprovada pela diretoria com apenas um voto contrário – o do próprio Moura –, que deixou a presidência da Refer pouco tempo depois. Apontou o ex-secretário de Comunicação do PT Marcelo Sereno, o empresário Argo Haroldo Almeida Rego Filho e o deputado Carlos Santana (PT-RJ) como os principais articuladores da terceirização.

Em entrevista à Agência Câmara de Notícias, Carlos Santana rechaçou as acusações e anunciou

que já está processando Moura por calúnia e difamação.

Também convocado para depor ontem na Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, o representante do Banco Santos, José Mariano Drummond Filho, não compareceu. O sub-relator, deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), disse que a assessoria da CPI vai entrar em contato com a Polícia Federal para providenciar a citação. Outro que deveria ser intimado pela PF é Marcelo Sereno, cujo depoimento está marcado para hoje, mas que, segundo o sub-relator, “está fugindo da comissão”.

Senador critica vetos a emendas que previam o exame pelo Congresso de indicações de diretores da Agência Florestal e de concessões de áreas superiores a 2.500 hectares

Agripino acusa Lula de quebrar acordo sobre a Lei de Florestas

O líder do PFL, senador José Agripino (RN), criticou ontem o governo federal por haver descumprido acordo, firmado com a oposição, que permitiu a aprovação do projeto sobre gestão de florestas públicas (PLC 62/05), no início de fevereiro. De acordo com ele, os vetos de Lula a emendas que previam o exame pelo Congresso Nacional das indicações de diretores da Agência Florestal e das concessões de áreas superiores a 2.500 hectares tornarão o processo de concessão de florestas públicas menos transparente e sujeito a fraudes.

– Nunca, em hora nenhuma, foi dito que aquele consenso iria ser furado por veto do Planalto. Vetaram elementos que iriam traduzir transparência, espírito público e participação – reclamou.



Agripino: vetos de Lula confirmam que "a floresta acabou pagando conta do PT"

Citando matéria da revista *Veja*, intitulada "Amazônia: como o PT vendeu a floresta", Agripino afirmou ter razões, em vista dos vetos presidenciais, para acreditar na veracidade das denúncias veiculadas pela revista.

– A matéria diz que a floresta pagou conta do PT, ou seja, o que

a revista diz é confirmado pelos vetos do presidente. O governo do Delúbio, do Silvinho e do Genoino vai tomar conta da floresta – ressaltou Agripino.

Em apartes, os senadores Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e João Batista Motta (PSDB-ES) reforçaram as denúncias de Agripino. Arthur Virgílio destacou a necessidade de cobrar do presidente do Senado, Renan Calheiros, a realização de sessões para apreciação dos vetos de Lula à matéria.

Sibá Machado (PT-AC) reconheceu e agradeceu o esforço de Agripino pela aprovação do projeto e considerou justas suas reclamações. Ele disse, contudo, desconhecer a existência de compromisso por parte do governo de que a matéria aprovada não receberia vetos.

Virgílio pede sessão para apreciar vetos

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), pediu ao presidente do Senado, Renan Calheiros, que marque uma sessão do Congresso Nacional para apreciar vetos presidenciais a projetos de lei aprovados pelo Legislativo. O senador referiu-se mais especificamente aos vetos a artigos do projeto de lei do gerenciamento de florestas, que teriam sido objeto de acordo entre a oposição e o governo quando das votações no Senado.

– Essa é uma nova forma de trambique político. Fazem acordos que depois são descumpridos com os vetos do presidente, e este se esconde atrás da expectativa de que o Congresso não se reúna para apreciar os vetos – protestou.

Arthur Virgílio lembrou que o projeto de lei aprovado pelo Congresso recentemente inclui pontos vantajosos para a Amazônia, mas os vetos presidenciais iriam na direção contrária ao que

foi acordado.

Em resposta ao pedido de Arthur Virgílio, Renan comprometeu-se a convocar reunião de líderes para tratar da convocação da sessão do Congresso para análise de vetos. De acordo com o presidente do Senado, se não houver consenso sobre o que fazer em relação aos vetos, eles serão incluídos em cédulas a serem preenchidas individualmente pelos parlamentares, de acordo com o Regimento Interno.

Sibá elogia MP que poderá beneficiar domésticos

O senador Sibá Machado (PT-AC) aplaudiu a decisão do presidente Lula de assinar, ontem, medida provisória para estimular a contratação de empregados domésticos com carteira assinada. Sibá estima que a decisão beneficiará cerca de 1,8 milhão de um total de 3,4 milhões de pessoas que trabalham em serviços domésticos no país.

O senador explicou que, de acordo com a MP, o empregador que registrar o funcionário terá a possibilidade de descontar no seu Imposto de Renda a contribuição de 12% feita ao INSS. A regra tem validade a partir das declarações do próximo ano. Sibá completou que, em um primeiro momento, a renúncia fiscal do governo federal chegaria a R\$ 289 milhões, mas que este valor poderia se



Sibá aplaude medida que permite descontar do IR contribuição a domésticos

transformar em um aumento de arrecadação federal de mais de R\$ 400 milhões.

O senador também registrou entrevista do vice-presidente do Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis de São Paulo (Secovi-SP), Ricardo Yazbek, ao jornal *Gazeta Mercantil*, na qual o dirigente constata que a venda de imóveis disparou neste ano. Yazbek teria apurado que os repasses de recursos financeiros para o setor vêm crescendo de forma significativa no governo Lula.

José Jorge diz que medida é eleitoreira e inconstitucional

O senador José Jorge (PFL-PE) criticou a medida provisória que permite, a partir de 2007, a dedução no Imposto de Renda da contribuição feita pelo empregador ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em virtude da contratação de empregados domésticos. Embora tenha deixado claro ser a favor da dedução, o líder da Minoria classificou a medida como inconstitucional. Para José Jorge, o assunto deveria ter sido tratado por projeto de lei, "pois haveria tempo hábil para aprová-lo até 2007".

– Essa medida tem sentido eleitoreiro. Se seus efeitos só irão valer em 2007, já está provado que ela não cumpre a exigência constitucional de urgência. O Senado não deveria nem protoco-



Para José Jorge, uma medida que só valerá a partir de 2007 não é urgente

lar essa MP – disse, recebendo o apoio do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

José Jorge também lembrou que o desconto só será válido sobre um salário mínimo e apenas para um doméstico por empregador. A seu ver, assim, o governo estaria desestimulando os empregadores a pagarem mais aos domésticos. Além disso, segundo o senador, a maneira pela qual o texto da medida está escrito poderá provocar formas de a população burlar as restrições da MP.

Ideli registra destaque da revista britânica *The Economist* à visita de Lula à Inglaterra



Ideli diz que matéria do semanário faz jus à política econômica do governo

A líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC), disse que o destaque que a edição desta semana da revista britânica *The Economist* está dando à visita oficial do presidente Lula à Inglaterra, iniciada hoje, faz jus à reformulação que a política econômica de Lula "empreendeu ao papel do Estado como indutor do desenvolvimento".

– A revista dedica a Lula foto na capa, reportagem de três páginas e entrevista. Não me lembro

de ter visto tratamento semelhante a um presidente brasileiro nos últimos anos – afirmou.

A senadora leu trecho do editorial do jornal *O Estado de S. Paulo* publicado ontem, no qual é dito que "seria o supra-sumo da mesquinhez política desdenhar do amplo espaço que a mais importante revista de economia no mundo" concedeu a Lula.

Em aparte, Tasso Jereissati (PSDB-CE) chamou atenção para o fato de Lula e o PT, liga-

dos a movimentos de esquerda, estarem recebendo bom tratamento da revista que é a "bíblia do capitalismo". Ideli respondeu pedindo que a oposição escolha entre criticar ou apoiar a política econômica "que seria uma continuação do governo Fernando Henrique".

– A oposição diz que não foi mudado nada, mas alteramos significativamente o papel do Estado no que se refere a crédito e oferta de serviços básicos – defendeu.

Carnaval

Ideli também disse que o enredo da escola de samba Unidos de Vila Isabel – campeã do Rio de Janeiro este ano com o tema *Soy Loco por Ti América* – propiciou a reflexão sobre os desafios da América Latina. Ela lamentou que o desfile da escola Porto da Pedra, do qual a senadora participou, tenha sido prejudicado por um acidente com um carro alegórico que retratava a situação das mães brasileiras.

Debate no Conselho de Comunicação Social é marcado por posições divergentes entre representantes dos artistas e das empresas de televisão

Para que serve a publicidade de bebidas alcoólicas?

O Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional debateu ontem a regulamentação da publicidade de bebidas alcoólicas. O representante das empresas de televisão no conselho, Gilberto Carlos Leifert, criticou as iniciativas – incluindo projetos de lei – que visam proibir ou censurar esse tipo de publicidade, afirmando que isso pode prejudicar a circulação de informações e a liberdade de expressão. Mas a representante dos artistas no conselho, Berenice Isabel Mendes Bezerra, declarou que, “na verdade, o que está em questão é a importância das receitas com publicidade de bebidas alcoólicas para o faturamento das empresas de rádio

e televisão”.

Durante a reunião, o Conselho de Comunicação Social aprovou, com 6 votos a favor e 3 contra, o relatório de Gilberto Carlos Leifert sobre o tema (“O álcool nos meios de comunicação”), em que ele destaca que “a nocividade de um produto não pode ser atribuída à propaganda comercial”.

– Ademais, em se tratando de bebidas alcoólicas, seu consumo está sujeito a leis que impõem, por exemplo, comportamentos a menores e condutores de veículos – disse ele.

Leifert argumentou que não é preciso criar mais leis para coibir o consumo exagerado de álcool, e sim “aplicar as que já existem”. Ele defendeu ainda a

implementação de políticas públicas para combater o problema, mas afirmou que “a proibição da publicidade é sempre lembrada como a primeira medida dessas políticas, e isso é como colocar o carro na frente dos bois, além de ser uma forma de privar o consumidor de informações”.

Por outro lado, a representante dos artistas no conselho declarou que “o volume de propaganda dedicada ao consumo de bebidas alcoólicas é excessivo”. Berenice Bezerra ressaltou que “a mensagem publicitária efetivamente induz ao consumo e cria hábitos e padrões de comportamento”. Para ela, isso é ainda mais dramático em um país como o Brasil, “onde a televisão é uma das principais

fontes de informação e lazer para a população, cuja maioria é analfabeta funcional, e onde crianças e adolescentes passam mais de cinco horas diárias em frente à TV”.

– Além disso, o tom da mensagem publicitária é sempre o mesmo: vai assistir ao jogo de futebol? Beba! Vai se divertir no Carnaval? Beba! Trabalhou duro hoje? Beba! – destacou ela.

Berenice afirmou que “a questão de base, na verdade, é econômico-financeira”.

– Quanto representa, na composição do faturamento das empresas de radiodifusão, a receita advinda da publicidade das empresas de bebidas alcoólicas? Isso não ficou claro no relatório de

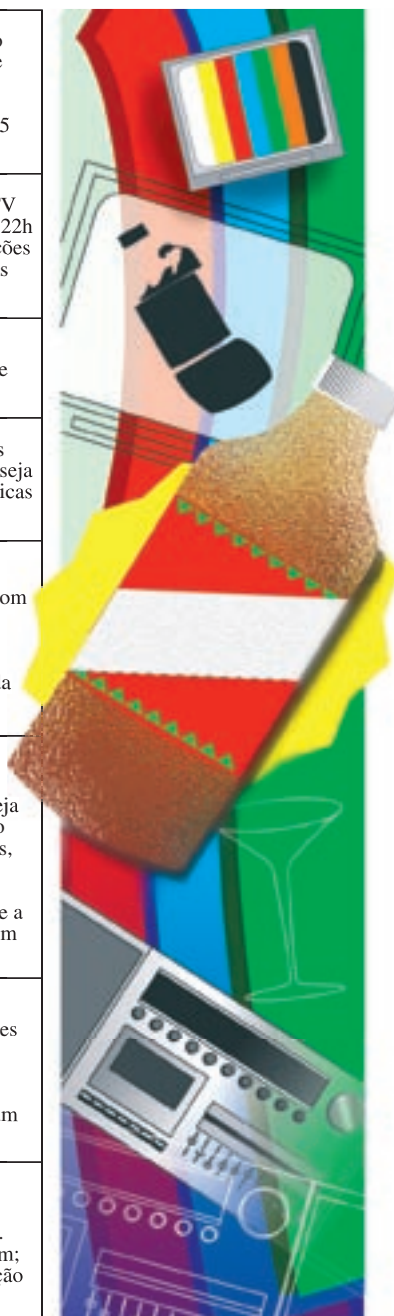
Leifert – questionou ela.

Além dos representantes das empresas de televisão e dos artistas – respectivamente, Leifert e Berenice –, o Conselho de Comunicação Social conta com um representante das empresas de rádio, um das empresas de imprensa escrita, um das categorias profissionais de cinema e vídeo, um dos jornalistas, um dos radialistas e cinco da sociedade civil. Também integra o conselho um engenheiro “com notórios conhecimentos na área de comunicação social”. Essa vaga, aliás, passará a ser ocupada por Fernando Bittencourt, que na próxima reunião do conselho, prevista para 3 de abril, fará uma apresentação sobre o tema “TV digital no Brasil”.

A legislação em outros países

Veja abaixo as principais características das legislações de diversos países sobre publicidade de bebidas alcoólicas, conforme estudo realizado pelo consultor legislativo Sebastião Moreira Jr.

Áustria	Banimento da publicidade de destilados na TV e no rádio, bem como da propaganda que associe álcool com crianças, condução de veículos e esporte, ou que promova o uso abusivo do produto. Também é proibido o patrocínio de programas de rádio ou televisão por empresas produtoras de bebidas alcoólicas.	Itália	O conteúdo da publicidade é regulado por um código voluntário similar ao britânico. A partir de 2001, vigora uma lei que proíbe a publicidade de álcool na TV e no rádio entre 16h e 21h. A lei veda a propaganda direcionada a menores em qualquer meio de comunicação e a veiculação de anúncios na TV no período de 15 minutos antes até 15 minutos após um programa infantil.
Bélgica	Não há publicidade comercial na TV estatal. Há banimento da propaganda de destilados na TV comercial e de qualquer bebida alcoólica no rádio. Em outros meios de comunicação, regras voluntárias proíbem o encorajamento do “beber em excesso” e vedam a propaganda direcionada aos menores de 21 anos.	Portugal	Uma lei de 1983 proíbe a propaganda de álcool no rádio e na TV entre 18h e 22h. Em 1995, esse horário foi alterado para 19h às 22h 30m. A publicidade de cervejas é proibida em cinemas, instituições de ensino, eventos culturais ou esportivos e revistas direcionadas para menores.
Dinamarca	Até o ano de 2003, a propaganda de bebidas alcoólicas estava banida da TV e do rádio. Atualmente vigora um código de auto-regulamentação, que controla o conteúdo da publicidade e segue as normas-padrão da União Européia: a propaganda não deve ser dirigida a menores nem sugerir que o álcool é benéfico para a saúde ou melhora a capacidade física ou mental.	Suécia	A publicidade de destilados, vinhos e cervejas com graduação alcoólica superior a 2,25° GL é permitida somente nos pontos de venda e em revistas para comerciantes.
Finlândia	A publicidade de álcool estava completamente proibida no país até 1994, quando entrou em vigor nova legislação que permite a propaganda de bebidas com até 22° GL de graduação alcoólica. A lei proíbe o direcionamento da publicidade aos menores e impõe as restrições habituais (consumo excessivo, desempenho sexual, propriedades terapêuticas etc.).	Suíça	A publicidade de álcool na TV e no rádio é proibida. Nos outros meios de comunicação, é possível fazer propaganda, desde que seja do tipo “concreta”, ou seja, faça referência apenas às características do produto (composição, processo de produção etc.).
França	A Lei Evin, que passou a vigorar a partir de 1993, veda a publicidade, na TV e nos cinemas, de qualquer bebida cuja graduação alcoólica esteja acima de 1,2° GL. A lei também proíbe o patrocínio de eventos culturais e esportivos por empresas produtoras de bebidas e a publicidade no rádio durante o período das 17h à meia-noite.	Estados Unidos	Na esfera federal, a publicidade de bebidas é regulada pelo Federal Alcohol Administration Act. A lei proíbe a associação com atividades esportivas, bem como a utilização de atletas famosos consumindo álcool. Também são vedados: o direcionamento a menores; a associação com maturidade; o uso da graduação alcoólica elevada como um atrativo; e a sugestão de que a bebida tem propriedades terapêuticas ou melhora o desempenho físico.
Reino Unido	As peças publicitárias não podem: sugerir que a bebida seja essencial para o sucesso social ou sexual; associar a bebida com firmeza, agressão e comportamento anti-social; sugerir que o álcool tem efeitos terapêuticos; colocar ênfase no teor alcoólico da bebida; ou encorajar o abuso.	Argentina	A Ley Nacional de Lucha contra el Alcoholismo, em vigor desde 1997, dedica um dos seus 23 artigos ao controle da publicidade do álcool. O dispositivo proíbe que a propaganda seja dirigida a menores ou os mostre bebendo, sugira que o consumo de bebidas melhora o rendimento físico e intelectual das pessoas, e utilize o consumo de álcool como estimulante da sexualidade ou da violência. É obrigatória a inscrição, na propaganda, de frases recomendando moderação no consumo e advertindo sobre a proibição da venda a menores de 18 anos. Adicionalmente, há um código de auto-regulamentação.
Alemanha	Em função de um acordo voluntário entre as emissoras, os destilados não são anunciados na televisão. Para os outros meios de comunicação de massa, existe o TWF e um código voluntário de auto-regulamentação, chamado Código para a Publicidade de Bebidas Alcoólicas, semelhante àquele do Reino Unido.	Chile	O país tem uma nova lei, em vigor desde janeiro de 2004, que regula o comércio de bebidas alcoólicas, fixando inclusive limites de horário para o funcionamento dos bares e lojas nas diversas comunidades. Em relação à propaganda, a lei proíbe somente a indução ao consumo por menores, sem outras restrições de conteúdo ou de associação com o esporte. Adicionalmente, há um código de auto-regulamentação.
Grécia	O país adota o TWF e, adicionalmente, limita o número diário de peças de propaganda de bebidas alcoólicas por cada emissora de rádio e TV.	África do Sul	A publicidade do álcool é permitida em qualquer meio de comunicação, sem restrições de horário, porém não pode ser veiculada pouco antes, durante ou logo após programas infantis. Em relação ao conteúdo, são proibidos: o apelo ao público jovem; a inclusão de menores de 25 anos de idade bebendo; e a promoção de comportamentos agressivos ou anti-sociais.
Irlanda	Por força de lei, as emissoras de rádio e TV são proibidas de veicular anúncios de destilados. Da mesma forma, as outras bebidas não podem ser anunciadas antes de programas esportivos, e a mesma propaganda não pode aparecer mais de duas vezes por noite em cada canal.		
Espanha	A partir de 1990, por força de lei, as bebidas com graduação alcoólica superior a 20° GL não podem ser anunciadas na TV. Adicionalmente, há um código de auto-regulamentação e o TWF, que foi implementado em 1994. Leis regionais fazem restrições suplementares.		



Projeto de Paim que elimina uso do mecanismo no cálculo da aposentadoria recebe apoio em audiência pública na CDH

Sindicalistas criticam fator previdenciário

O fator previdenciário, criado em 1999 para calcular a aposentadoria pela Previdência Social, foi criticado ontem, em audiência pública, por representantes de confederações, sindicatos e associações de trabalhadores. O debate foi realizado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), a pedido de Paulo Paim (PT-RS), autor de projeto que visa extinguir o fator previdenciário (PLS 296/03).

Atualmente, o valor-base para o cálculo da aposentadoria consiste na média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a 80% de todo o

período contributivo do segurado. Esse valor é multiplicado pelo chamado fator previdenciário, que é calculado considerando-se, na data de início do benefício, a idade e o tempo de contribuição do segurado, a expectativa média de sobrevivência para ambos os sexos e uma alíquota de 31%. Antes, a aposentadoria era calculada pela média aritmética simples de todos os últimos salários-de-contribuição do trabalhador, até o máximo de 36, apurados em até 48 meses.

Segundo o diretor do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), Antônio Au-

gusto de Queiroz, a inclusão do fator previdenciário para a concessão da aposentadoria foi uma atitude extremamente perversa que prejudica principalmente os trabalhadores humildes, que começam a trabalhar mais cedo.

Da mesma forma pensa o representante da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social (Anfip), Floriano Martins. Para ele, as novas regras prejudicam aqueles que ingressaram mais cedo no mercado de trabalho.

– Ou se extingue o fator previdenciário ou se cria uma fórmula que permita o equilíbrio financeiro

e a satisfação do segurado para que ele possa se aposentar aos 30 anos de contribuição e 55 de idade, no caso das mulheres, e aos 35 anos de contribuição com 60 de idade, se homem – afirmou Martins.

Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Lúcia Regina Reis disse que apóia integralmente o projeto de Paim. José Carlos Perret Schulte, da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, e Antônio Cortes, da Força Sindical, querem que a proposta seja amplamente discutida para que “tenha o respaldo da sociedade e não seja vetada pelo governo”, frisou Schulte.

Mecanismo prejudica trabalhador, diz representante dos aposentados

Durante audiência pública na CDH, o representante da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, Daisson Portanova, afirmou que o fator previdenciário – utilizado no cálculo da aposentadoria – começa a gerar perdas para o trabalhador que se aposenta porque a expectativa de vida dos brasileiros aumentou e a mortalidade infantil diminuiu.

Na opinião de Portanova, para que não haja prejuízo aos trabalhadores brasileiros, o fator previdenciário deve ser revogado ou, pelo menos, alterada a tabela de sobrevivência – elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A audiência, requerida por Paim, teve por finalidade instruir projeto de sua autoria (PLS 296/03) que pretende alterar o artigo 29 da Lei 8.213/91 e revogar os artigos 3º, 5º, 6º e 7º da Lei 9.876/99, com a finalidade de modificar a forma de cálculo dos benefícios previdenciários. O senador informou que todo o movimento sindical brasileiro é favorável ao projeto.

Heloísa Helena (PSOL-AL) salientou que, embora muitas pessoas acreditem que há déficit na Previdência, isso não é verdade. Segundo a senadora, os recursos dos cofres da Previdência são desviados da sua finalidade e destinados à constituição do superávit.

– Não podemos admitir que reformas prejudiquem os mais pobres. Com o fator previdenciário, não há mais aposentadoria, mas auxílio-funeral – observou ela.

O presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI), José Calixto

Ramos, concorda com a senadora. Conforme observou, a Previdência Social não pode falar em déficit quando o país possui mais de 50% de sua população ativa em atividades informais, perde cerca de R\$ 50 bilhões anuais devido à sonegação fiscal, além de ter recursos previdenciários desviados para outras finalidades. Ele salientou que muitos brasileiros morrem antes de adquirir o direito à aposentadoria porque, na sua opinião, a expectativa de vida da maioria dos brasileiros é inferior aos números publicados pelo IBGE.

Para Calixto, o fator previdenciário representava um dos objetivos macroeconômicos do governo Fernando Henrique Cardoso e a real finalidade para sua criação – impedir a concessão de novas aposentadorias – não foi possível.

Dano

A representante da Federação Nacional dos Auditores-Fiscais da Previdência Social (Fenafisp), Regina Fátima Rachide Menezes, também é favorável à eliminação do fator previdenciário. Ela afirmou que o mecanismo constitui-se elemento desumano e que a maioria da população brasileira não consegue ver a crueldade da fórmula que determina o valor das aposentadorias dos trabalhadores brasileiros.

Para o vice-presidente do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal – Brasil (Unafisco), Roberto Boccacio Piscitelli, a Previdência Social é o maior programa de redução da pobreza. A introdução do fator previdenciário, entretanto, obriga os trabalhadores a aceitarem receber menos ou trabalhar mais tempo, disse.

Célio Azevedo



Paim, ao lado de Heloísa Helena, ouve apresentação de Portanova, em audiência na CDH

Paim defende projeto que modifica forma de cálculo da Previdência

O senador Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem a aprovação do projeto de sua autoria que elimina o uso do fator previdenciário no cálculo da aposentadoria do trabalhador, aprovado pela Lei 9.876, de 1999. O parlamentar disse que apresentou o projeto (PLS 296/03) como deputado e o reapresentou como senador, em 2003.

– O fator previdenciário foi o maior crime perpetrado contra a classe trabalhadora. O PT foi contra o fator, mas fomos derrotados – afirmou o senador pelo Rio Grande do Sul.

Paim defendeu a proposta em audiência pública realizada na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, na manhã de ontem, com representantes de entidades sindicais, confederações e associações de trabalhadores. O parlamentar gaúcho observou que, só quando se aproxima do momento de requerer a aposentadoria, o trabalhador se dá conta do prejuízo causado pelo fator previdenciário.

Paulo Paim propôs um amplo

movimento liderado pelas entidades sindicais para derrubar o fator previdenciário e pelo acolhimento de sua proposta. Ele informou que o relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Mão Santa (PMDB-PI), apresentou voto favorável à aprovação da matéria e propôs um corretor com base na média salarial dos últimos 36 meses de trabalho.

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a iniciativa de Paulo Paim. Já o senador Tião Viana (PT-AC) ressaltou o empenho do parlamentar gaúcho pelo aumento do valor do salário mínimo e elogiou sua “visão de estadista”.

Trabalhadora doméstica

Lembrando a luta da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) em prol dos direitos das mulheres, Paulo Paim falou sobre a importância da aprovação de projetos que regulamentem o trabalho da empregada doméstica e da aposentadoria da dona de casa, este último pendente de regulamentação.



Tião Viana saúda decisão do governo de incluir vacina no calendário de imunização

Viana destaca vacinação contra rotavírus

Tião Viana (PT-AC) comemorou decisão do governo federal de introduzir no calendário de imunização do país a vacina contra o rotavírus, a partir do próximo dia 20. O rotavírus, considerado o principal responsável por surtos de diarreia em crianças menores de cinco anos em todo o país, pode levar à morte.

– É muito doloroso ver uma criança perder a vida em virtude de diarreia. Isso não é da envergadura de uma sociedade como a nossa. No Brasil, nascem 3 milhões de crianças por ano. Com a vacina, vamos reduzir em 42% o número de internações delas nos seus primeiros anos de vida e em 34% o número de óbitos causados pela diarreia – disse.

Tião Viana, que é médico, explicou que, para ficar imune ao rotavírus, as crianças precisarão tomar duas doses da vacina, uma aos dois meses de idade e outra aos quatro meses. Ele informou ainda que, na rede particular de saúde, cada dose da vacina custa cerca de R\$ 200 e que o custo para o governo federal no sistema público será de US\$ 7 (cerca de R\$ 15). O Ministério da Saúde anunciou a compra de 8 milhões de doses da vacina, que permitirá a imunização de cerca de 4 milhões de crianças. Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) elogiou a iniciativa do governo federal.